

PROJETO DE LEI Nº , DE 2023

(Do Sr. VALMIR ASSUNÇÃO)

Dispõe sobre a garantia de acesso à internet às comunidades indígenas e às comunidades remanescentes de quilombos

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei altera as Leis nº 9.998, de 17 de agosto de 2000; nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, para assegurar acesso à internet às comunidades indígenas e às comunidades remanescentes de quilombos.

Art. 2º A Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art.1º

.

§

1º

IV – programas, projetos e atividades governamentais voltados a propiciar o acesso das comunidades indígenas e das populações remanescentes de quilombos a serviços de telecomunicações prestados em regime público ou privado e suas utilidades.

.....” (NR)

Art. 3º A Lei nº 6.001, de 19 de dezembro de 1973, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art.

2º

.....

.

XI – garantir às comunidades indígenas acesso gratuito à internet de banda larga”. (NR)

.....

.



“Art. 55-A. É assegurado às comunidades indígenas que o acesso gratuito à internet de banda larga seja um dos preceitos considerados nos procedimentos de demarcação de suas terras”.

Art. 4º É assegurado aos quilombolas que o acesso à internet seja um dos preceitos considerados nos procedimentos de reconhecimento e titulação das terras ocupadas por populações remanescentes de quilombos.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Não sem motivo o acesso à internet é, sem sombra de dúvida, uma das principais reivindicações da população brasileira. A Organização das Nações Unidas reconhece o acesso à internet como um direito fundamental, e a importância da universalização do acesso é reconhecida pelo Marco Civil da Internet.

A inclusão digital tem um poder transformador não só na educação, onde propicia o compartilhamento e multiplicação do conhecimento, mas também é capaz de potencializar o acesso à cidadania, por meio dos serviços online, como a emissão de documentos pessoais, o levantamento de direitos ou de informações oficiais de entidades ou do governo, além das transações bancárias. Também inegável a influência da inclusão digital na empregabilidade e no aumento da renda.

No entanto, quando tratamos de comunidades rurais, a efetivação do acesso à internet não é satisfatória, ou o serviço é caro e de má qualidade. No que tange a população indígena e quilombola a situação é ainda mais precária, com uma reconhecida exclusão digital que em muito limita a inclusão social desses segmentos da nossa sociedade.

Precisamos garantir que os indígenas e os quilombolas sejam enxergados como verdadeiros cidadãos brasileiros, sem viver alijados da sociedade. É necessário que tenham acesso à informação, que tenham



liberdade, não só de consciência e de crença, mas também a de exercer qualquer trabalho ou profissão, bem como a de escolher os próprios meios de vida, inclusive, no que se refere ao exercício de atividades econômicas.

Acreditamos que garantir o acesso gratuito à internet de banda larga seja mais um passo rumo à construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, em que todos os cidadãos brasileiros, inclusive os indígenas e os quilombolas, tenham garantidos os direitos fundamentais previstos na Constituição Federal, tais como o livre exercício do labor, a dignidade e a liberdade.

Dessa maneira, acreditamos ser de enorme valor o projeto de lei que ora trazemos para o debate a aprimoramento por esta Casa, como forma de se garantir eficiente igualdade material, minimizando as diferenças e garantindo o efetivo bem comum.

Sala das Sessões, em 14 de agosto de 2023.

Deputado VALMIR ASSUNÇÃO
PT-BA

